

RONDÔNIA, UM ESTADO DE FRONTEIRA NA AMAZÔNIA OCIDENTAL BRASILEIRA: FLUXOS MIGRATÓRIOS DO PASSADO E A IMIGRAÇÃO HAITIANA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

RONDONIA, A FRONTIER STATE OF BRAZILIAN WESTERN
AMAZONIA: MIGRATORY FLOWS FROM PAST AND THE
HAITIAN IMMIGRATION IN THE EARLY 21ST CENTURY

Marília Lima Pimentel Cotinguiba
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Geraldo Castro Cotinguiba
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Correspondência:

Rua Algodoeiro, 4661, Caladinho
Porto Velho – Rondônia – Brasil. CEP: 76808-252
E-mail: mpimentel9@gmail.com / gcotinguiba@gmail.com

Resumo

Este artigo tem o objetivo de apresentar um panorama dos diferentes fluxos migratórios para a região de fronteira da Amazônia ocidental brasileira, no estado de Rondônia e sua formação colonial. A ênfase é sobre a recente imigração de haitianos para a cidade de Porto Velho. Analisamos este fenômeno sob a perspectiva teórica da migração transnacional, que considera que os indivíduos em mobilidade vivem além das fronteiras nacionais e mantêm intensa ligação com o seu lugar de origem, por meio de redes familiares

Palavras-chave: Fronteira; fluxos migratórios; Rondônia.

Abstract

This article aims to present an overview of different migration flows to the border area of Brazilian's western Amazon, in the state of Rondônia and its colonial formation. The emphasis is on recent immigration of Haitians to the city of Porto Velho. We analyze this phenomenon from the theoretical perspective of transnational migration, considering that individuals living in mobility across borders and maintain strong links with their place of origin through family networks.

Keywords: Frontier; migration flows; Rondônia.

Apresentação¹

Nos últimos cinco anos o estado de Rondônia, em diferentes momentos, tornou-se objeto de reportagem da grande mídia e de alguns trabalhos acadêmicos, em relação a novos fluxos migratórios, por um lado pelas migrações internas, motivadas pela construção de duas grandes hidrelétricas no rio Madeira, Jirau e Santo Antônio, por outro lado, pela imigração haitiana, a partir de 2011.

Nessa perspectiva, nosso intuito é apresentar, a partir da formação do estado, um panorama dos diferentes fluxos migratórios ocorridos em Rondônia e, sobretudo, refletir sobre a recente mobilidade de haitianos para o Brasil, especificamente para Porto Velho, tomando-a conceitualmente na perspectiva teórica da migração transnacional,² a qual toma como referência o contexto em que os indivíduos vivem em espaços além das fronteiras nacionais e mantêm, todavia, intensa relação com a origem por meio de suas redes familiares e, ao mesmo tempo, influenciam acontecimentos nos países de destino.

O texto está dividido em duas partes principais, quais sejam, a primeira aborda um panorama histórico da formação do estado de Rondônia como uma região de fronteira e tem como objetivo situar o incremento populacional no âmbito das migrações internas em diferentes momentos, especialmente no contexto da colonização dessa territorialidade entre os anos de 1980 e 1990, sem perder de vista a presença imigrante na construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, no final da primeira década do século XX, trazendo à luz a recente entrada de migrantes internos para a construção das duas usinas hidrelétricas, Jirau e Santo Antônio, para uma reflexão sobre esse momento histórico.

Já a segunda parte, o nosso objetivo é situar a imigração haitiana para a cidade de Porto Velho, que teve início no primeiro trimestre de 2011. Nesta parte, apresentaremos um panorama dos acontecimentos relacionados a esse grupo de imigrantes. Também situaremos a nossa pesquisa e alguns dos resultados alcançados a partir de nossa vivência de campo, a partir dos dados coletados, além de situar a conjuntura, tanto local em relação a nossa pesquisa, quanto nacional, sobre os desdobramentos dessa imigração.

Rondônia: formação histórica e as migrações em um estado de fronteira

De forma geral, podemos dizer que o processo de tomada do território que hoje conhecemos como Rondônia – à época ocupado por diversos povos indígenas

¹ Parte dos dados deste artigo foi extraída de um estudo mais amplo, a dissertação de mestrado de Geraldo C. Cotinguiba. Aqui foram feitas algumas modificações e incorporadas outras informações complementares.

² FOURON, Georges E.; SCHILLER, Nina Glick. *Georges woke up laughing*. long-distance nationalism and the search for home. New York: Duke University Press, 2001.

– ocorreu de diferentes maneiras desde o século XVII. Esse processo é conhecido localmente como ciclos³ econômicos. Assim, esses ciclos são divididos em fases diferentes, uma no período colonial, outra no período imperial e as demais no período republicano. Na época da colônia, três grupos principais foram os protagonistas, os jesuítas, os bandeirantes e os negros escravizados. Os jesuítas com o objetivo de catequização, os bandeirantes pela busca por minérios preciosos e a captura de indígenas para torná-los escravos,⁴ os negros no processo de exploração mineral no Vale do Guaporé, no século XVIII.⁵ O negro e o índio, contudo, foram mantidos à margem da história e sua história só passou a ser registrada nas últimas décadas.

A fase imperial se confunde com a transição para a republicana e o destaque é sobre a descoberta da utilização do látex extraído da seringueira⁶ para processos de vulcanização, a borracha. “O vale amazônico de forma geral e, os vales do rio Madeira e Guaporé-Mamoré do atual território rondoniense, foram rapidamente inseridos nessa nova perspectiva econômica”.⁷ O ciclo da borracha foi determinante em vários sentidos, como o povoamento colonizador e a demarcação territorial entre Brasil e Bolívia para a delimitação das fronteiras entre os dois países. Vale ressaltar que a região foi motivo de litígio e conflito entre Espanha e Portugal, que só foram resolvidos por Brasil e Bolívia entre a segunda metade do século XIX, com o Tratado de Ayacucho, de 1867 e selado, no início do século XX, com o Tratado de Petrópolis, em 1903.

O objetivo desse último Tratado era cessar o conflito entre brasileiros e bolivianos. Os brasileiros exploravam seringais em território pertencente à Bolívia, o Aquiri, hoje o estado do Acre. De acordo com Manoel Rodrigues Ferreira,⁸ com o Tratado, o Brasil se comprometeu em pagar duas indenizações, uma à Bolívia, de dois milhões de Libras Esterlinas e a outra de cento e dez mil Libras Esterlinas ao *Bolivian Syndicate*, pela posse do território e construir uma ferrovia, a Estrada de

³ Utilizamos a terminologia “ciclo”, no entanto não queremos com isso dizer que a região seja dependente desses momentos pois a economia, assim como os demais aspectos de uma sociedade, são dinâmicos. Esses “ciclos” significam momentos em que a região dinamizou um montante de capital maior que o que regularmente sua história econômica registra.

⁴ PESSÔA, Vera Lúcia S.; SOUZA, Murilo M. O. de. O processo de formação do território rondoniense revisitado: da colônia ao golpe de 1964. *ACTA Geográfica*, Boa Vista, v. 4, n. 8, p. 143-160, jul./dez. de 2010.

⁵ FONSECA, Dante R. da; MORATTO, Juliana; TEIXEIRA, Marco Antônio D. *A presença negra em Rondônia: as estruturas do povoamento*. Disponível em: <http://www.gepiaa.unir.br/index.php/123/article/viewFile/15/10>. Acesso em 15 jul. 2012.

⁶ Para extração do látex na Amazônia, duas categorias foram recrutadas, o civil, trabalhadores arregimentados pelos seringalistas e o “soldado da borracha”, os quais foram recrutados pelo Estado brasileiro, num processo de seleção semelhante ao recrutamento de soldados para as Forças Armadas. Sobre os “soldados da borracha” ver, por exemplo: SECRETO, María Verónica. *Soldados da Borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007. O recrutamento se deu, majoritariamente, na região Nordeste.

⁷ PESSÔA, Vera Lúcia S.; SOUZA, Murilo M. O. de. O processo de formação do território rondoniense revisitado, *Op. cit.*

⁸ FERREIRA, Manoel R. *A ferrovia do diabo*. 10 ed. São Paulo: Melhoramentos, 2008.

Ferro Madeira Mamoré – a EFMM – desde a fronteira entre os dois países até a nascente cidade de Porto Velho, distante 366 km, para escoar a produção seringueira. Com a construção da EFMM, iniciada em 1907 e finalizada em 1912, a região recebeu milhares de trabalhadores nacionais e internacionais, o que pode ser considerado como o primeiro ciclo de imigração intensa da história de Rondônia.

A construção da Ferrovia é tida, localmente, como um dos símbolos da fundação de Rondônia. A EFMM, mesmo marcada por uma gama de contradições, opera no plano da representação coletiva como um mito fundador ou mesmo um mito de origem, que liga o antes, o agora e o porvir. Nesse sentido, esse momento histórico tem lugar central na história da região e é, também, um acontecimento relevante para a história nacional. Do ponto de vista da mobilidade humana, para a construção da EFMM foi necessário arremeter milhares de trabalhadores que foram deslocados para a região, onde muitos morreram ao longo de quase seis anos, num episódio considerado desastroso econômica e humanamente. Esse desastre fez com que a Ferrovia ficasse conhecida como “Ferrovia do Diabo”.¹⁰

A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré atraiu vários contingentes migratórios destinados ao trabalho nas obras da ferrovia, nos setores técnicos e administrativos da empresa construtora com seus diversos ramos de exploração, comercialização e serviços, e ao comércio que se formava ao redor. Nesta fase de imigrações instalaram-se em terras rondonienses (notadamente nos núcleos urbanos de Porto Velho, Jacy-Paraná, Mutum-Paraná, Abunã, Guajará-Mirim e Costa Marques); turcos, sírios, judeus, gregos, libaneses, italianos, bolivianos, indianos, cubanos, panamenhos, porto-riquenhos, italianos, barbadianos, tobaguenses, jamaicanos.⁹

Apesar da diversidade de nacionalidades, esses imigrantes ficaram conhecidos no imaginário local como barbadianos, talvez por terem sido pessoas desse grupo que permaneceram na cidade após a construção da ferrovia. A maioria dos demais deixou a região, retornando aos países de origem ou partindo para outros países ou para outras regiões do Brasil. Na contemporaneidade, ainda se encontram os descendentes das famílias que ficaram em Porto Velho, os quais são identificados, em geral, pelos sobrenomes.¹⁰

Por barbadianos ficaram conhecidos genericamente os trabalhadores caribenhos recrutados para a construção da Estrada de Ferro

⁹ Relatório elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Governo Federal, 2007, p. 11. Disponível em http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio029.pdf. Acesso 25 nov. 2014.

¹⁰ Os barbadianos, como apontado por Cledenice Blackman, eram falantes da língua inglesa e vinham de uma colônia inglesa, Barbados, uma das ilhas do Caribe. Cf. BLACKMAN, Cledenice. Os imigrantes antilhanos de Porto Velho. In: CAMPOS, A. P.; GIL, A. C. A.; SILVA, G. V. da; BENTIVOGLIO, J. C.; NADER, M. B. (Orgs.) *Anais eletrônicos do III Congresso Internacional Ufes/Université Paris-Est/Universidade do Minho: territórios, poderes, identidades (Territoires, pouvoirs, identités)*. Vitória: GM Editora, 2011, p. 1-12.

Madeira-Mamoré. Cabe aqui alertar que embora grande parte viesse de Barbados também vieram trabalhadores de Granada, Santa Lúcia, entre outras ilhas do Caribe.¹¹

Se a EFMM é um marco inicial do processo colonizador do que veio se tornar Porto Velho, o que agora se chama Rondônia é fruto de um longo processo que se confunde, como apontamos acima, com a própria história brasileira desde o período colonial. A conquista pelo território ainda se encontra em curso no início da segunda década do século XXI e conserva em seu interior a marca do conflito, principalmente entre os latifundiários, madeireiros, mineradores e garimpeiros contra os agricultores sem-terra e os povos indígenas.

Ainda em relação aos referidos ciclos, outros se inserem e na esteira desse processo de tomada territorial houve o incremento da população não indígena, como no ciclo do ouro, dos minérios, da borracha, da agropecuária e, mais recentemente, fala-se em ciclo energético ou das hidrelétricas. Essas leituras privilegiam, em geral, o aspecto econômico – o que não deixa de ser o principal motivo – e não dão a devida atenção aos desdobramentos dos processos migratórios. As pistas sobre a mobilidade humana estão presentes em todos os trabalhos, entretanto é necessária uma reflexão detida para que se possa pensar sua dinâmica ao longo do tempo.

Foi nesta mesma base, de formação do território brasileiro e amazônico, que ocorreu também a formação do atual território rondoniense. As terras que constituem o atual estado de Rondônia foram, primeiramente tomadas ao índio por seringalistas. Posteriormente, o próprio Estado e o capital expropriaram não somente o índio, como também o garimpeiro, o posseiro, o seringueiro, o ribeirinho, entre vários outros. As terras do estado permaneceram, historicamente, sob o controle de uma oligarquia regional.¹²

Politicamente, o estado de Rondônia¹³ é fruto do Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, assinado pelo então presidente da República, Getúlio Vargas, que criou o Território do Guaporé. Em 17 de fevereiro de 1956 passou a se chamar Território Federal de Rondônia, em homenagem ao sertanista e positivista Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958). Em dezembro de 1981 foi aprovado o projeto de transformação do Território em estado e em 04 de janeiro de 1982, o Coronel do Exército, Jorge Teixeira de Oliveira, que governava a região desde 1979, assumiu como o primeiro governador do estado que, naquela época, era a vigésima segunda unidade da Federação da República brasileira.

¹¹ MENEZES, Nilza. Gênero e religiosidade na comunidade caribenha de Rondônia. *Revista Mandrágora*, n. 16, vol. 16, 2010, p. 70.

¹² PESSÔA, Vera Lúcia S.; SOUZA, Murilo M. O. de. O processo de formação do território rondoniense revisitado, *Op. cit.*

¹³ Fonte: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ro>. Acesso em: 22 nov. 2015.

Formado por uma área geográfica 236.576.167 quilômetros quadrados, Rondônia está localizado politicamente na região norte do Brasil e congrega uma população, segundo o IBGE, de 1.728.214 pessoas. Seu território está na Amazônia Ocidental brasileira e suas fronteiras são ao sul e oeste com a Bolívia, a leste com o estado do Mato Grosso, ao norte com o Amazonas e ao Oeste, também, com o estado do Acre. Sua divisão política compreende um total de 52 municípios, pelos quais estão diferentes grupos étnicos e culturais, que expressam uma variedade linguística, especialmente em relação aos povos que habitam a região há milhares de anos. A conquista desse território se deu por meio de um brutal genocídio contra os povos indígenas habitantes da região ao longo do processo colonizador desde os portugueses até o presente. Na contemporaneidade, há cerca de onze mil indígenas distribuídos em 13 territórios com suas cosmovisões diversificadas entre si.

Rondônia é fruto de uma das mais recentes conquistas da antiga marcha civilizatória dos Bandeirantes rumo ao Oeste, assim como da saga dos jesuítas com seu discurso de salvação da alma dos selvagens por meio da conversão ao cristianismo. Por outro lado, a história recente aponta que a conquista só se efetivou com a colonização da expansão agrária de povos vindos do sul do Brasil no século XX. Todo o processo é marcado pela invasão de terras antes habitadas, pela captura, subjugação e dizimação da maior parte de sua população e, definitivamente, pela tomada do território para a exploração dos recursos naturais, sejam de madeira, de minério, da pecuária ou da agricultura em larga escala.

Dois grupos protagonistas envolvidos foram negligenciados e silenciados diante da noção de civilização, os indígenas e os negros, enquanto o missionário e, principalmente, o Bandeirante, são tratados como heróis civilizadores.¹⁴ As investidas da elite letrada foram, ao longo do tempo, na poesia e na história locais, retratando a realidade de forma idílica e numa tentativa de homogeneização social. Dentre os representantes dessa elite letrada está o padre Vitor Hugo, reivindicando o processo civilizacional da região pelos jesuítas que, a seu tempo, teve a obra continuada pelos salesianos.

Outros reivindicaram para si o papel de colonizador da região o que, na visão de Manoel Rodrigues Ferreira¹⁵ teria sido a construção da EFMM o ápice dessa empreitada. Cada um falou de acordo com o seu lugar ocupado num dado momento da história. A disputa travada pela busca de um *locus* privilegiado pela elite local teve como objetivo a tentativa de construção de um pensamento local em prol de uma cultura homogênea, o que se mostrou um projeto frustrado. “Rondônia se tornou uma terra de migrantes e a convivência de inúmeros traços culturais é a sua realidade,

¹⁴ SOUZA, Valdir Aparecido de. *Rondônia, uma memória em disputa*. Tese (Doutorado). – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP. Assis, 2011.

¹⁵ FERREIRA, Manoel R. *A ferrovia do diabo*, *Op. cit.*

mas às vezes isso não se dá de forma tão harmônica, como se idealiza”.¹⁶ Essa harmonia idealizada está em conflito com os excluídos, que são as diversas etnias indígenas e os negros, que marcam presença física com seus remanescentes étnicos e quilombolas em diferentes lugares da região.

Outro símbolo que está relacionado com a formação de Rondônia é a rodovia federal que atravessa o estado desde a divisa com o Mato Grosso até a fronteira com o Acre, ao longo da qual os migrantes internos se instalaram e fundaram várias cidades. Construída praticamente no curso das linhas telegráficas instaladas pela equipe do Marechal Rondon e da BR-29, no governo JK, a BR-364 abriu caminho para a colonização da região. No período da ditadura militar (1964-1985), especialmente na década de 1970, houve a “doação” de terra para as pessoas que quisessem ocupar a região, imortalizando diversos conflitos entre a população já estabelecida, os indígenas e os “invasores brancos”. Com a transformação do Território em estado, a migração de colonização intensificou-se no período da ditadura militar sob o lema de “uma terra sem homens para homens sem-terra”.

Antes da construção da BR-364 a região mantinha comunicação mais estreita com Manaus, por meio de hidrovias pelos rios Madeira e Amazonas. Isso se dava devido à impossibilidade de trânsito por vias terrestres com a região sudeste e centro-oeste. A BR-364 possibilitou a interligação com o sul, centro-oeste e sudeste e, como isso, teve início o fluxo migratório do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo, majoritariamente, além de Espírito Santo, Minas Gerais, Ceará e Paraíba. Era uma colonização, não mais do Brasil seiscentista ou setecentista a mando da coroa portuguesa, mas de final do século XX, no período republicano brasileiro. Esses migrantes nacionais colonizadores passaram a reivindicar para si mesmos a identidade de pioneiros formadores do estado. Pioneiro é, nesse sentido, o colono que chegou, derrubou a floresta, expulsou o índio, fundou vilas – que mais tarde se tornaram as cidades – ao lado da BR-364 e demarcou o território.

Na década de 1970 e 1980 ainda ocorreram outros fluxos migratórios que não os de colonização. Se aos pioneiros a moeda de troca ofertada era a terra “doada” pelo governo federal, para os demais os motivos eram o trabalho na capital em segmentos como comércio, saúde, estatuário, educação e a esperança de muitos de realizar o sonho de encontrar o *eldorado* nos garimpos que proliferaram nos rios da região, como o Madeira. Diversos foram os grupos de migrantes de diferentes lugares que chegaram à região, como o caso dos ônibus traziam professores de estados do Nordeste, sobressaindo o da Paraíba. Pela relativa e recente formação social e política de Rondônia, nos moldes do Estado brasileiro, pode-se dizer que é um estado formado por migrantes em sua maioria, variando as origens, os motivos pelos quais migraram e o momento histórico.

A questão migratória ainda é um tema a ser estudado em profundidade e discutido em vários sentidos, quais sejam, os conflitos étnicos, questões linguísticas, de

¹⁶ SOUZA, Valdir Aparecido de. *Rondônia, uma memória em disputa*, Op. cit.

ordem política, domínio da terra, dentre outros aspectos. A história da formação do estado de Rondônia é uma história que se confunde com diferentes movimentos migratórios para a região desde o período da criação do Território, passando pela formação política do estado até a as primeiras décadas do século XXI. Ao que tudo indica, esse é um processo que não se encerrou e não dá mostras de que se encerrará tão cedo, pois se encontra pujante.

Tabela 1. Crescimento populacional de Rondônia entre 1950 e 2005

POPULAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA	
Ano	Habitantes
1950	36.935
1960	70.783
1970	111.064
1980	491.069
1991	1.130.874
2000	1.377.792
2005	1.534.594
2010	1.562.409
2013	1.728.214 (estimativa do IBGE)
2014	1.748.531 (estimativa do IBGE)
2015	1.768.204 (estimativa do IBGE)

Fonte: Valdir Aparecido de Souza. *Rondônia, uma memória em disputa*.¹⁷

Na contemporaneidade, sobretudo a partir de 2010, o estado de Rondônia passou a receber mais um fluxo migratório, especialmente para a capital do estado, Porto Velho, com a construção de duas hidrelétricas na calha do rio Madera. A primeira é a usina de Santo Antônio, distante cerca 8 km da cidade e a segunda é a usina de Jirau, situada aproximadamente 120 km do centro da cidade, no distrito de Jaci-Paraná. Rondônia vem registrando no século XXI, de acordo com dados do IBGE, um aumento considerável de sua população. Em 2000, o contingente populacional era de 1.379.787, passando em uma década, para 1.562.409, quando o Censo de 2010 registrou um aumento de 182.622 pessoas. O ritmo de crescimento populacional foi maior entre 2010 e 2013, quando no espaço de quatro anos, a população somou 1.728.214, com um aumento de 165.805 habitantes nesse período.

Em relação ao ciclo energético, não encontramos estudos sobre o deslocamento de milhares de trabalhadores para a região no período que compreende o início da construção das hidrelétricas, refletindo uma constante em relação ao estado em geral. A questão migratória não tem sido tema de destaque de pesquisadores locais, o que demonstra que há todo um trabalho ainda a ser realizado. A partir de

¹⁷ SOUZA, Valdir Aparecido de. *Rondônia, uma memória em disputa*, *Op. cit.*, p. 22.

2010, estimamos que tenham chegado mais de 50.000 pessoas, em Porto Velho, motivadas pela construção das hidrelétricas, entre trabalhadores, seus familiares e empresários em busca de oportunidades de negócio.

Tabela 2. Crescimento populacional da cidade de Porto Velho entre 1950 e 2010

POPULAÇÃO DA CIDADE DE PORTO VELHO	
Ano	Habitantes
1950	27.244
1960	51.049
1970	88.856
1980	138.289
1991	286.471
2000	334.585
2010	428.527
2013	484.992 (estimativa do IBGE)
2015	502.748 (estimativa do IBGE)

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.¹⁸

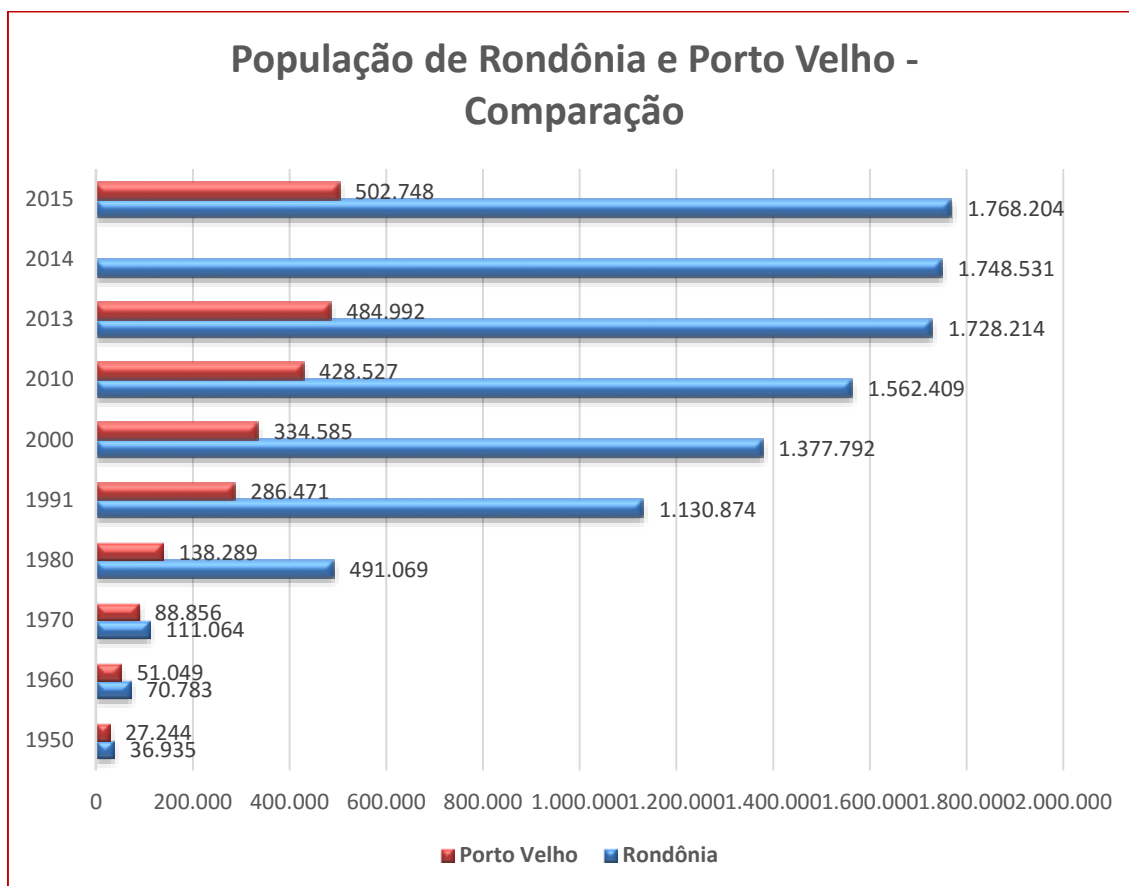
Na capital, assistiu-se a um crescimento diferenciado, de 334.661 em 2000 para 410.520 em 2010.¹⁹ A estimativa para 2013, segundo o IBGE, era de 484.992, o que representaria um aumento de 74.472 pessoas, o que, se confirmado, um incremento próximo de aproximadamente 18,1%. Esse fluxo migratório tem suas origens a partir de setembro de 2008, com o início das obras da hidrelétrica de Santo Antônio,²⁰ o que se intensificou com os trabalhadores migrantes contratados em outras regiões do Brasil, os chamados “barrageiros”, que trabalham apenas por um período e ao término da obra, do contrato ou por outras circunstâncias migram para outras regiões, contudo muitos permanecem. Devemos levar em consideração, ainda, que muitos desses trabalhadores são acompanhados pelas suas famílias.

¹⁸ Conferir em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00> e <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=110020&search=rondonia|porto-velho|infograficos:-informacoes-completas> (Estimativa 2013). Acesso em: 22 nov. 2015.

¹⁹ Alguns estudos já foram realizados, como as pesquisas coordenadas pela professora Lílian Moser, da UNIR, na região sul do estado, sobre assentamento de algumas famílias, como em Ouro Preto d’Oeste. Um desses estudos recentes é a dissertação defendida junto ao Mestrado em História e Estudos Culturais da UNIR, pelo historiador Eduardo Ernesto, sobre a colonização no sul de Rondônia. Outro passo foi dado no final de 2013, quando foi aprovado na mesma universidade o Grupo de Pesquisa Migrações Memória e Cultura na Amazônia Brasileira, o MIMCAB, coordenado pelos autores deste artigo. O objetivo desse grupo é realizar um mapeamento multidisciplinar sobre os movimentos migratórios no estado.

²⁰ O vencimento do leilão para a construção da usina foi em dezembro de 2007. Fonte: <http://www.odebrechtenergia.com.br/pt-br/quem-somos/linha-do-tempo>. Acesso em: 22 nov. 2015.

Gráfico 1. Aspectos comparativos do crescimento da população do estado de Rondônia e de sua Capital, Porto Velho, entre os anos de 1950 e 2015



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Não encontramos os números para Porto Velho para o ano de 2014

José Alves e Antônio Thomaz Júnior, ao analisarem aspectos da migração do trabalho para a construção das hidrelétricas do rio Madeira, fazem um breve comparativo entre esse processo e o da construção da usina de Itaipu, no tocante ao quantitativo de trabalhadores, e comentam que “o contingente de mão-de-obra em Itaipu no ápice de sua construção foi de cerca de 40 mil trabalhadores, número equivalente as UHEs de Santo Antônio e Jirau”. E, mais adiante, apontam a relação entre a construção das usinas e a migração para trabalho.

Só em 2008, quando foi emitida a Licença de Instalação do canteiro de obras, consta-se um aumento populacional de 20,5 mil pessoas, o que mostra o forte incremento populacional no município em decorrência dos empreendimentos barrageiros. Esse fluxo migratório necessariamente não ocorre somente com a mão-de-obra direta para os AHEs de Jirau e Santo Antônio, pois as notícias dos empreendimentos barrageiros já permitem uma atração de pessoas e capitais em busca de trabalho, renda e lucro.²¹

²¹ ALVES, José; THOMAZ JÚNIOR, Antônio. A migração do trabalho para o complexo hidrelétrico madeira. In. *XIII Jornada do trabalho. A irreformabilidade do capital e os conflitos territoriais no*

Para uma cidade de médio porte, como Porto Velho, o ciclo econômico energético agravou alguns problemas já existentes, como a fragilidade e a limitação dos serviços públicos em saúde, o trânsito, moradia, dentre outros. Nesse movimento de realização de duas obras de grande porte, permeadas pelo discurso do progresso – e amparada pela política de aceleração de crescimento do governo federal –, muitas pessoas buscaram a região para trabalho e negócios e, nesse fluxo, os haitianos aparecem como uma categoria diferenciada, imigrante. Esse fluxo migratório para a capital rondoniense é, historicamente, o segundo de um país do Caribe para a região e o fator motivador mais uma vez é o trabalho. Nesse sentido, discutiremos a partir deste ponto a imigração haitiana para a cidade de Porto Velho, sobretudo por se tratar de uma dinâmica que temos acompanhado desde a chegada dos primeiros grupos à cidade no primeiro trimestre de 2011.

Como apontamos anteriormente, a migração interna e a imigração na formação de Rondônia estão relacionadas com a formação desse estado, como relacionamos a entrada, no passado, de migrantes nacionais e de imigrantes quando da construção da EFMM. Ao longo da formação do estado, os fluxos migratórios mantiveram uma constante e pode-se afirmar que Rondônia é um estado formado por migrantes. Na contemporaneidade, a constante se mantém, tanto pela presença de migrantes internos para a construção das usinas hidrelétricas quanto com a imigração, especialmente a haitiana, desde o início de 2011. No entanto, não é só a nacionalidade haitiana que se faz presente no estado. De acordo com nossa experiência de campo e a partir de diálogos com organizações da Sociedade Civil, outras nacionalidades como peruana, boliviana, cubana residem nesta região da Amazônia ocidental brasileira, contudo, não dispomos de estudos sobre a presença desses outros imigrantes e, dessa maneira, nosso objetivo nesta parte do texto é discutir aspectos gerais da presença haitiana em Porto Velho.

Ao longo de nossa pesquisa sobre a imigração haitiana, ainda em 2011, encontramos em contato, também, com cidadãos de outras nacionalidades, como colombianos, estadunidenses, guianense inglês, dominicano e irlandês e tivemos a convicção de que a região figura tanto como um ponto de passagem quanto de residência para imigrantes. Uma das razões para isso – e não a única – é fato de Porto Velho ser uma cidade que está no circuito de fronteiras nacionais. Primeiro fisicamente, como se verifica em seus limites com a Bolívia, especialmente no ponto de cruzamento da rodovia federal, BR-364, ao cruzar com o rio Madeira, em seu encontro com o rio Abunã. Esta rodovia, por sua vez, é a única saída terrestre para as regiões Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste, Sul e parte do Norte.

Em segundo lugar, para quem parte de Rio Branco, capital acriana, Porto Velho é a primeira cidade de acesso via terrestre. No caso da imigração, seis cidades

limiar do século XXI. Os novos desafios da geografia do trabalho. Presidente Prudente: CEGeT e UNESP, 2012, p. 8.

gêmeas dinamizam o fluxo de pessoas entre Brasil, Bolívia e Peru, nas regiões de fronteira, Guajará-Mirim e *Guayaramerin*, separadas pelo rio Mamoré, em Rondônia, entre Brasil e Bolívia. As demais são Brasileia e *Cobija*, entre Brasil e Bolívia, ligadas por uma ponte sobre o rio Acre e, também, Assis Brasil e *Iñapari*, entre Brasil e Peru, também ligadas por um ponto sobre o rio Acre. Essas duas cidades brasileiras ficam no estado do Acre e se tornaram um dos principais pontos de entrada de imigrantes no Brasil desde 2010. Em janeiro de 2014, por exemplo, quando estivemos nessa região, a informação fornecida por um funcionário do governo do Acre foi de que, até o dia 15 daquele mês, haviam passado 18 mil e, somadas às demais nacionalidades relacionadas, como senegalesa, bengali, dominicana, sul-africana, congoleza, nigeriana, dentre outras, somavam-se 18 no total.

A presença haitiana em Porto Velho

A chegada do primeiro grupo de 06 haitianos a Porto Velho ocorreu no dia 06 de fevereiro de 2011, contudo, foi com a chegada de outro grupo, de 105, um mês depois, que a presença desses imigrantes passou a receber atenção dos meios de comunicação local e, também, do poder político estadual. Como já apontado em outro trabalho,²² a chegada do grupo maior se deu por indicação de representantes do governo do Acre, que prometera ao grupo a possibilidade de trabalho nos canteiros de obra das usinas do rio Madeira. Deixados em distrito distante de Porto Velho 120 quilômetros e sem o emprego prometido, o grupo foi alojado em um ginásio de esporte na capital, sob responsabilidade do governo estadual, por meio da Secretaria de Estado de Assistência Social, a SEAS.²³ Não houve envolvimento do governo municipal em relação a se pensar uma política de acolhimento.

Nossa experiência direta com o grupo teve início a partir de julho de 2011, quando demos início a um projeto de extensão²⁴ universitária para ensino da língua portuguesa para esses imigrantes e, ao mesmo tempo, realizando observações para uma pesquisa científica de cunho antropológico e linguístico. Firmamos uma parceria de trabalho com a Paróquia São João Bosco, que cedeu o espaço físico e com o

²² COTINGUIBA, Geraldo C. *Imigração haitiana para o Brasil – a relação entre trabalho e processos migratórios*. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais) – UNIR. Porto Velho, 2014.

²³ De acordo com os dados levantados por nossa pesquisa, até início de 2014 a SEAS havia atendido 3878 haitianos, com encaminhamento para emprego na cidade ou em intermediação com empresas para trabalho em outros estados do Centro-Oeste, Sul e Sudeste. O atendimento aos haitianos foi suspenso quando Porto Velho sofreu com os danos causados pela cheia histórica do rio Madeira, no início de 2014. Em relação a essa Secretaria e sua relação com os haitianos, um estudo ainda está por ser realizado.

²⁴ O projeto foi intitulado *Migração internacional na Amazônia brasileira: linguagem e inserção social de haitianos em Porto Velho*, registrado no Departamento de Línguas Vernáculas da UNIR. Ainda se encontra em atividade e é aberto para outros imigrantes. Foi pensado pelos autores e por eles é coordenado. A equipe principal é composta por estudantes de graduação de Letras Português e congrega outros de outras áreas.

Serviço Pastoral do Migrante (católico), na troca de experiências de trabalho e informações.

O trabalho de extensão e a pesquisa se encontram em atividade e alguns resultados já foram alcançados, como o atendimento permanente a haitianos no projeto de ensino de português, realização de quatro viagens à região de fronteira, no estado do Acre, a escrita de três relatórios, dois artigos científicos, uma dissertação e a escrita de um livro para ensino de português para haitianos²⁵ o qual foi adaptado para senegaleses e bengalis. Ao longo desse período, cerca de 600 haitianos estiveram em contato com o projeto e dele se beneficiaram com o aprendizado da língua portuguesa, obtiveram informações sobre leis trabalhistas, geografia e história do Brasil e tradições culturais brasileiras.

Outros escritos de cunho científico encontram-se em fase de preparação, outros aguardando publicação em breve, todos em relação a essa imigração. Além da cidade que vivemos e conduzimos estes trabalhos, tivemos a oportunidade de visitar, no total até o momento da escrita deste artigo, mais de 20 outras cidades nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso, Amazonas, o Distrito Federal, assim como as já referidas cidades de fronteira com a Bolívia e o Acre. Outras parcerias foram realizadas ao longo desses anos com outras instituições e pesquisadores de diferentes lugares do Brasil, no sentido de realizarmos um trabalho conjunto para compreender essa dinâmica migratória. No momento da escrita deste artigo, no final de 2014, temos conhecimento de que outros grupos de pesquisadores estão se organizando com objetivos semelhantes, como em universidades dos estados do Paraná e do Rio Grande do Sul.

Em nossos estudos procuramos encontrar um perfil dessa imigração, e o fizemos, no entanto, ele não reflete a realidade ou a totalidade dos indivíduos. O que podemos afirmar é que serve apenas como referencial, pois há uma heterogeneidade de pessoas, de categorias de migrantes que precisam ser levadas em conta para que se compreenda melhor a magnitude dessa dinâmica. Assim, quando utilizamos a categoria haitianos queremos dizer que

as origens são várias, mesmo sendo tomados como uma categoria coletiva, suas práticas variam e no interior do grupo há diferenças, tais como: os que vêm do meio rural ou do meio urbano; do interior ou da capital; católicos ou protestantes; escolarização em diferentes níveis. Os haitianos residentes em Porto Velho mantêm como língua de comunicação no interior do grupo apenas o crioulo haitiano que, aliás, é o idioma de 95% da população no Haiti.²⁶

²⁵ COTINGUIBA, Geraldo C.; PIMENTEL, Marília Lima; NOVAES, Maria de Lourdes (Orgs.). *Língua portuguesa para haitianos*. 1. ed. Florianópolis: SESI. Departamento Regional de Santa Catarina, 2014.

²⁶ COTINGUIBA, Geraldo. C.; PIMENTEL, Marília. L. Apontamentos sobre o processo de inserção social dos haitianos em Porto Velho. *Travessia* (São Paulo), v. 70, p. 99-106, 2012, p. 101.

O que percebemos é que o que podemos afirmar como elementos homogêneos entre a maioria dos haitianos são alguns símbolos ou práticas constitutivas do que podemos chamar de sua identidade nacional e cultural, como uma relação muito estreita com a bandeira nacional e, conseqüentemente, um apego à nacionalidade haitiana, manifesta muitas vezes pelo orgulho de autoafirmar-se e reivindicar os *papers*, isto é, os papéis, os documentos que atestam a sua nacionalidade. A isso somam-se outros elementos e práticas, como a língua materna, o crioulo, *Kreyòl Ayisyen* – o francês, apesar de língua oficial, é falada por uma minoria, é a língua da burocracia, um *status* de poder –, a culinária e a música, predominantemente o ritmo *konpa*.

Outra percepção nossa é em relação ao perfil desses imigrantes no que caracterizamos como três fases desse mesmo processo migratório e sua dinâmica. A primeira fase diz respeito aos precursores, pessoas com experiências migratórias dentro do próprio Haiti ou para outros países antes de chegarem ao Brasil, a maioria homens, entre 25 e 35 anos, muitos falantes, além do crioulo, o francês, o espanhol e alguns o inglês, provenientes de meios urbanos e com uma média de anos escolares mais longa. Esses precursores estabeleceram-se numa região próxima ao centro da cidade e em empregos no ramo da construção civil. A segunda fase passou a ser composta por homens e mulheres, mais jovens, de diferentes regiões urbanas e do campo, menos tempo escolar – principalmente as mulheres, as quais são na maioria monolíngues, falantes apenas do crioulo –, com pouca permanência na cidade.

A terceira fase se confunde com a segunda pelo contexto posterior à primeira, mas se destaca pelo fato de ter um diferencial, enquadra-se no campo do direito do imigrante portador do visto de permanência no Brasil. Os sujeitos dessa fase fazem parte do direito de reunião familiar e são, majoritariamente, mulheres casadas e crianças e adolescentes. Os gráficos que apresentaremos abaixo fazem parte das duas primeiras fases, ainda não incorporando os sujeitos dessa terceira. O contexto contemplado dos dados coletados e transcritos nos gráficos compreendem os anos de 2011 e 2013. A tabela abaixo, com base em dados de uma Casa de Apoio que, voluntariamente, acolheu haitianos entre 2011 e 2012, na expectativa de uma parceria com a SEAS, demonstra um perfil inicial dessa migração.

De acordo com nosso levantamento documental, a parceria com a SEAS não se concretizou efetivamente, mas mesmo assim, o trabalho teve prosseguimento nos meses seguintes por conta da própria Casa de Apoio. A ajuda do governo estadual aconteceu, porém não de maneira regular, por meio de um termo de cooperação ou contrato, mas com auxílios alimentação e café da manhã. De acordo com as fichas de entrada e saída de hóspedes, o primeiro registro de entrada de haitianos é do dia 11 de março de 2011, uma semana depois da chegada dos 105. Na prática, com base em nossa etnografia, o trabalho de acolhimento durou mais de um ano, no entanto, seus registros apontam para um período exato de 12 meses. No total, foram abrigados 234 haitianos, sendo 207 homens e 27 mulheres, dentre as quais duas mulheres eram crianças. Apenas dois adolescentes de 17 anos, uma moça e um rapaz. Esses 4 casos entraram como acompanhamento familiar. Abaixo, o gráfico apresenta esse perfil de

maneira geral ao longo dos 12 meses relacionados, relativo à entrada mensal por gênero.

Tabela 3. Dados quantitativos totais da acolhida na “Casa de Apoio Raimundo Neves” 2011/2012

Planilha Geral – Entrada de haitianos na Casa de Apoio 2011 e 2012					
Mês/Ano	Entrada	Faixa Etária	Permanência na Casa	Masc.	Fem.
Mar. 2011	10			06	04
Abr. 2011	8			07	01
Mai. 2011	16			14	02
Jun. 2011	5			03	02
Jul. 2011	17			16	01
Ago. 2011	18			18	00
Set. 2011	12			12	00
Out. 2011	2			02	00
Nov. 2011	13			13	00
Dez. 2011	1			01	00
Jan. 2012	106			94	12
Fev. 2012	26			21	05
Total de Meses	Total de Entradas	Idade Média	Permanência Média na Casa de Apoio	Total Masc.	Total Fem.
12	234	24 a 30 anos	45 dias	207	27
Total de haitianos que foram abrigados na Casa de Apoio				234	

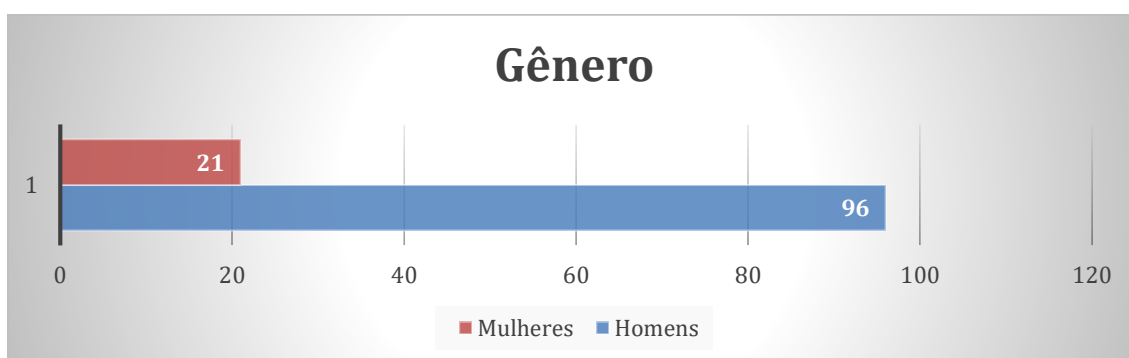
Fonte: Geraldo Cotinguiba, *Imigração haitiana para o Brasil*.²⁷

Desses, 48% tinham entre 21 e 30 anos, 31% entre 31 e 40 anos, 6% entre 41 e 50 anos 1% entre 51, 60 anos e 12% não informou a idade e 2% com até 20 anos. A distribuição do percentual de gênero ficou com 14% para mulheres e 86% para homens. Esses dados revelam, nessa fase, uma migração predominantemente masculina e com pessoas numa faixa etária que atendia às necessidades do setor empregador naquele momento, a construção civil, majoritariamente.

Em outro contexto, a partir de um levantamento realizado por meio de uma pesquisa de campo e com base na declaração dos nossos interlocutores, procuramos verificar o perfil dos haitianos na cidade, atentando para outras questões, como o estado civil, escolarização, trabalho etc. No total, entrevistamos 117 entre 2012 e 2013, sistematizamos as informações em gráficos para expressá-las quantitativamente. Em termos qualitativos não apresentamos aqui uma análise crítica desses dados, o que fazemos é apontar alguns aspectos gerais a partir deles, com vistas a uma reflexão. Desconstruímos algumas hipóteses que tínhamos e, com isso, tivemos mais clareza quanto aos motivos dessa migração.

²⁷ COTINGUIBA, G. C. *Imigração haitiana para o Brasil*, Op. cit.

Gráfico 2. Percentual de gênero dos 117 entrevistados



Fonte: pesquisa de campo dos autores.

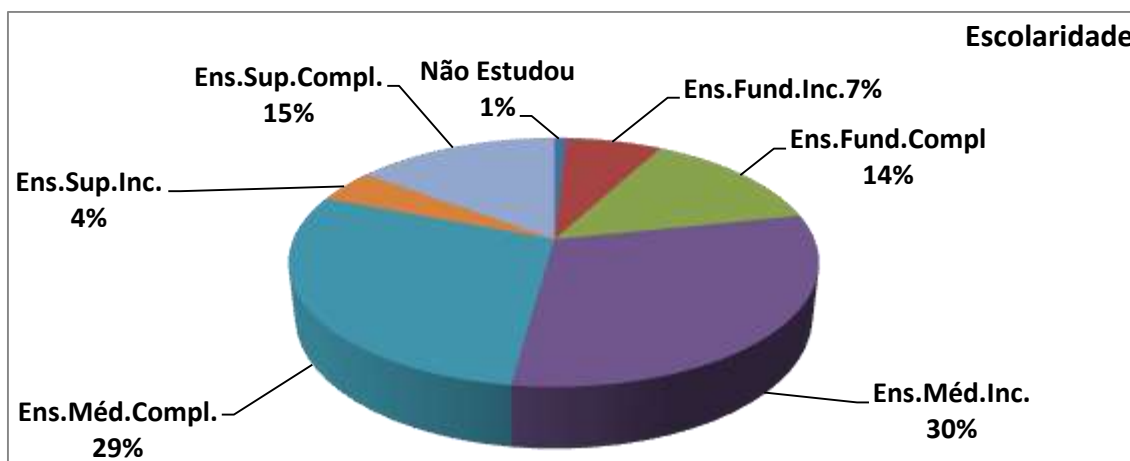
Um primeiro aspecto que verificamos foi que, em relação ao gênero, o percentual pouco se alterou em comparação com aquele relacionado anteriormente no primeiro ano. Isso, para nós, explica-se por três motivos principais – se confrontado com o aumento do número de mulheres em 2014 –, pelo fato de as mulheres haitianas, nessa migração, serem majoritariamente monolíngues do *Kreyòl*, o que se constitui uma barreira para o trabalho na cidade de Porto Velho, tanto no comércio quanto em serviços domésticos. Segundo, dentro da mesma lógica em relação ao trabalho, o ramo que mais emprega os haitianos na cidade é a construção civil, o que inviabilizou a entrada de mulheres nessa fase. Terceiro, o fator tempo para a obtenção do Visto Permanente para os homens que, ao obtê-lo, dá início ao processo de reunião familiar. Os primeiros processos de reunião familiar que temos conhecimento se iniciaram no final de 2012 e começo de 2013 e as famílias começaram a se reunir por volta da metade de 2013. Do total dos entrevistados, 29% se declararam casados.

Já na pesquisa de Cotinguiba,²⁸ apresentada em sua dissertação de mestrado, em relação à escolaridade dos haitianos, foi desconstruído o mito, criado pelos telejornais locais, de que esses imigrantes eram na maioria formados academicamente. De acordo com a autodeclaração de 173 interlocutores, revelou-se um perfil heterogêneo em relação aos estudos escolares. Não vimos os diplomas e, dentre os participantes, apenas 15% declararam ter terminado um curso superior. A maioria não chegou à universidade, tendo cursado os Ensinos Fundamental ou Médio, conforme o gráfico abaixo. Vale ressaltar que, dos casos que acompanhamos dos portadores de diploma universitário, o entrave que encararam foi com a burocracia para convalidação e todos os processos jurídicos. Dos que portam o certificado de Ensino Médio, a burocracia também é outro entrave para a convalidação, que é feita pelo Conselho

²⁸ COTINGUIBA, G. C. *Imigração haitiana para o Brasil*, Op. cit.

Estadual de Educação. Agora, em 2015, temos conhecimento de apenas 03 haitianos estudando em faculdades de Porto Velho.²⁹

Gráfico 3. Escolaridade informada pelos 173 entrevistados



Fonte: Fonte: Geraldo Cotinguiba, *Imigração haitiana para o Brasil*.³⁰

Outros dois enfoques que procuramos dar em nossa pesquisa foram sobre os motivos de emigração e o lugar de origem dos que emigraram. Com isso tínhamos dois objetivos, primeiramente entender os principais motivos que os haitianos alegavam para emigrarem e, segundo, verificar se a tese do governo brasileiro, reificada pelos meios de comunicação de massa – como pelos telejornais das principais emissoras do país – de que o terremoto de 2010 era a causa principal.

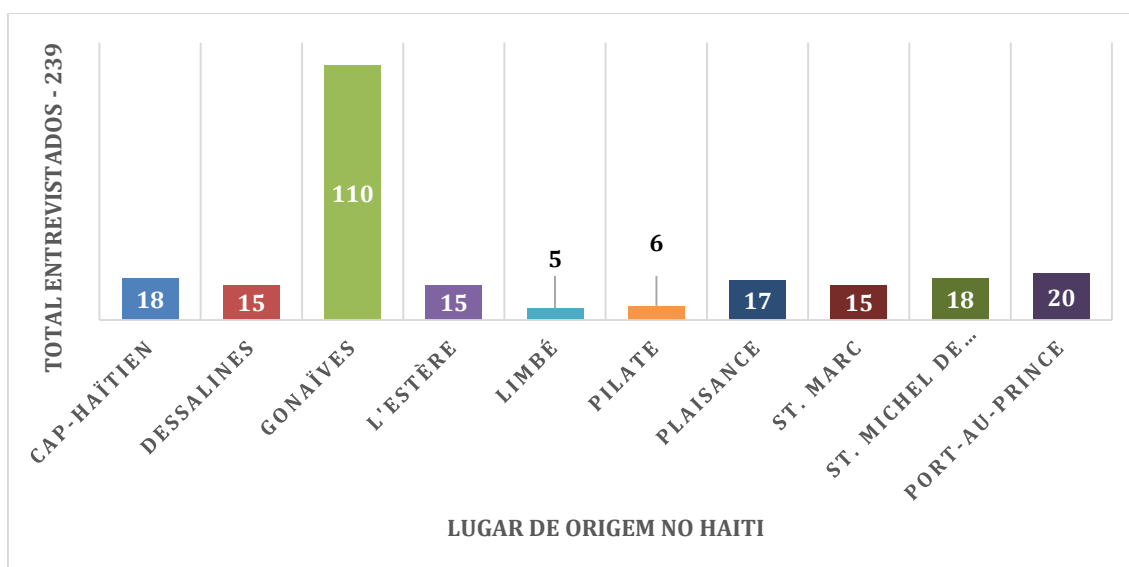
Ao perguntarmos por que vieram para o Brasil, encontramos apenas duas declarações de que o terremoto era a causa, uma vez que haviam perdido a família e todos os bens e, com isso, a alternativa que tinha era partir para outro lugar. Não queremos dizer com isso que o terremoto não tenha um efeito sobre a emigração de haitianos, o que discutimos é que essa não é a única causa, é mais uma dentre um conjunto. Outros motivos, tais como o endurecimento da fiscalização em outros países que têm haitianos, como Estados Unidos, França e Canadá, os conflitos étnicos com a vizinha República Dominicana, onde há mais de 700 mil vivendo, a projeção da imagem do Brasil internacionalmente como um país gerador de empregos e em crescimento econômico em plena crise internacional do capital, a realização da copa do mundo de 2014, a declaração do então presidente brasileiro, Lula, de que o Brasil os acolheria, os problemas políticos, econômicos e climáticos internos do Haiti.

²⁹ Para uma leitura mais detida sobre a questão da inserção no ambiente escolar, veja nosso trabalho COTINGUIBA, Geraldo. C.; COTINGUIBA-PIMENTEL, Marília. L. Imigração haitiana para o Brasil: os desafios no caminho da educação escolar. *Revista Pedagógica*, Chapecó, v. 17, n. 33, p. 61-87, jul./dez. 2014.

³⁰ COTINGUIBA, G. C. *Imigração haitiana para o Brasil*, Op. cit.

Como se pode ver, há fatores diversos e não se pode atribuir exclusividade de apenas um. O que podemos afirmar é que, com a Resolução nº 97, de 12 de janeiro de 2012, o Brasil deu um argumento legal para essa migração, ao conceder um visto por razões humanitárias. Em seu Parágrafo único do Artigo 1º, essa resolução preconiza que as razões são “aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010”. Ao verificarmos as cidades de origem percebemos que, da cidade Porto Príncipe, epicentro do terremoto, o quantitativo era pouco em relação ao total dos nossos interlocutores.

Gráfico 4. Lugares de origem no Haiti



Fonte: pesquisa de campo dos autores.

Ao longo de toda a nossa pesquisa, identificamos pessoas provenientes de 50 cidades e, também, que viviam em outros países, como República Dominicana, França, Estados Unidos,³¹ Martinica, Bahamas, Equador, Venezuela. A partir disso, refletimos sobre essa imigração e suas consequências para os sujeitos nela envolvidos, como as condições a que muitos se submeteram para entrar no Brasil, uma vez que a oferta de visto não supria a demanda e a alternativa foi recorrer a meios próprios para isso.

Ainda em relação às limitações da Resolução 97 – que já comentamos e criticamos em outro trabalho³² – em seu primeiro ano, que limitou a 100 o número de vistos mensais para haitianos entrarem no Brasil, o que não solucionou a situação,

³¹ Nos estudos mais recentes o que tem despertado nossa atenção é a categoria “transmigrante”, circunscrita ao contexto das migrações transnacionais.

³² COTINGUIBA, Geraldo. C.; PIMENTEL, Marília. L. Wout, raketè, fwontyè, anpil mizè: reflexões sobre os limites da alteridade em relação à imigração haitiana para o Brasil. *Universitas Relações Internacionais*, Brasília, v. 12, n. 1, p. 73-86, jan./jun. 2014.

mas serviu, indiretamente, para alimentar a esperança de muitos haitianos poderem emigrar para o Brasil e, por não obterem o visto em tempo hábil, se lançaram na rota “clandestina” por países como República Dominicana, Panamá, Equador, Peru até alcançarem as fronteiras brasileiras, pelo Acre ou pelo Amazonas. Os recursos para isso foram os denominados “coiotes”.

As consequências disso foram as abjeções passadas pelos haitianos nessa rota, verificando-se casos de prisões, espancamentos, roubos, humilhações, racismo, estupro e assassinatos, o que faz transparecer não apenas as fronteiras físicas que os indivíduos têm de cruzar em migrações transnacionais, mas suportar os limites das barreiras impostas pela intolerância, do racismo e mesmo da negação da condição de humano do outro. As fronteiras não se restringem apenas às linhas dos mapas, a pontes ou rios, elas persistem em determinadas práticas de determinados grupos em diferentes lugares. Diante do que vimos e ouvimos até o ponto que essa pesquisa se encontra, um provérbio haitiano que vimos escrito na parede de um dos lugares que foi utilizado como abrigo, em Brasileia, no Acre, parece ser a reflexão que a imigração haitiana chama às claras. *Tout moun se moun, men tout moun pa menm*. Toda pessoa é uma pessoa, mas as pessoas não são (iguais) as mesmas.

Considerações finais

O estado de Rondônia tem em sua história uma relação estreita com movimentos migratórios, sejam internos ou de imigração. Como vimos, no passado essa região da Amazônia Ocidental recebeu imigrantes no período colonial e, mais tarde, no período áureo da borracha e, dentre esses sujeitos figura no imaginário local os barbadianos, categoria utilizada para se referir aos diferentes povos que vieram de diferentes ilhas do Caribe e de outros países. A colonização interna, promovida pelos governos militares no processo de transformação do território em unidade da federação dinamizou uma migração interna muito intensa, especialmente entre os anos de 1980 e 1990. Mais recentemente, com a construção de duas hidrelétricas no rio Madeira, Rondônia recebeu milhares de migrantes internos, trabalhadores para atenderem à demanda por força de trabalho dos consórcios construtores.

Nesse contexto, imigrantes de diferentes nacionalidades³³ se encontram em trânsito e residindo na capital do estado, com destaque para os haitianos, que começaram a chegar à cidade no primeiro trimestre de 2011. Desde meados de 2012, Porto Velho tem mantido uma média entre 1800 a 2500 desses imigrantes, residindo em

³³ Ressaltamos que é expressiva a presença de imigrantes bolivianos, no entanto, não temos conhecimento de estudos realizados sobre essa imigração para Porto Velho. A principal área de fronteira binacional Brasil e Bolívia, no estado de Rondônia, tem duas cidades-irmãs, Guajará Mirim e *Guyara-Merim* – distantes 365 km de Porto Velho –, separadas pelo rio Mamoré. Há um intenso fluxo de pessoas e mercadorias entre ambas, dinamizado por um sistema de transporte aquático pujante. A expectativa é que essa região passe por um profundo processo de mudança, se concretizar a construção de uma hidrelétrica binacional nas suas mediações.

bairros próximos à região central, trabalhando majoritariamente no ramo da construção civil.

A dinâmica migratória haitiana apresenta ao longo desse período uma diferenciação em relação aos sujeitos envolvidos nesse processo, os quais classificamos em três fases, de maneira que uma dialoga com a outra, contudo apresentando características particulares individuais em cada uma delas, como origens regionais, escolaridade formal, gênero, faixa etária.

O que nosso estudo revelou, até o estágio que nos encontramos, é que o Brasil é mais um país, uma base numa rede de conexões para o que os próprios sujeitos denominam como *dyaspora*. Segundo o presidente do Conselho Nacional de Imigração – CNIg –, senhor Paulo Sérgio de Almeida, em duas conferências sobre migrações – uma em Manaus e outra em Porto Alegre – das quais participamos, há neste final de 2014, no Brasil, aproximadamente 40 mil haitianos. A maior parte está concentrada nas regiões sul e sudeste. Em nossas estimativas, em Porto Velho há cerca de 2 mil³⁴ e, pelas informações que temos, é uma migração que se mantém ininterrupta.

Como reflexão deixamos uma frase que ouvimos de alguns haitianos em algumas cidades, a de que quando um país abre as portas para os haitianos, eles não param de entrar até o dia que fecharem-na. Isso não significa que todos queiram vir para o Brasil, mas que poderá se tornar um país que muitos entrarão e muitos outros sairão. Muitos vêm para o Brasil com a ideia de que é um país onde se tem muito trabalho e se pode ganhar bastante dinheiro para ajudar os familiares na origem, com qualidade de vida adequada para si e para a família, com possibilidade de estudar e se profissionalizarem para retornar ao Haiti ou permanecer por algum tempo trabalhando no Brasil. Para outros, o Brasil é uma base para permanecer por algum tempo, um lugar onde se pode conseguir migrar para outros países.

Talvez seja cedo para dizer se os haitianos permanecerão no Brasil, o que podemos afirmar é que o país agora é, definitivamente, uma base para esses sujeitos que estão em conexão com outros sujeitos em outros países numa lógica compreendida contemporaneamente pelos estudos teóricos com uma migração de caráter transnacional, do qual o Brasil, pelo lugar que passou a ocupar internacionalmente em diferentes âmbitos foi inserido nesse contexto. Não acreditamos que as pessoas migrem por vaidade, há sempre um motivo. Assim, *migrar no es delito, delito es lo que causa la migración*.

³⁴ Do ponto de vista geográfico e em relação à mobilidade de pessoas, Porto Velho é uma cidade de passagem para outros estados do Brasil para quem parte do Acre por via terrestre. Estimamos que entre 2011 e o final de 2014 tenham passado pela cidade pelo menos 15 mil haitianos, ou mais. Outros deixaram o Acre de avião.

Sobre os autores:

Marília Lima Pimentel Cotinguiba

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Araraquara). Professora Adjunta da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Participa do Programa de Mestrado Acadêmico em Letras e do Mestrado Acadêmico em Estudos Literários da Universidade Federal de Rondônia.

Geraldo Castro Cotinguiba

Cientista social. Doutorando em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, na Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

Artigo recebido em 20 de novembro de 2015.

Aprovado em 11 de dezembro de 2015.